



GT 68. Práticas estatais, modalidades de gestão e feixes de poder

Coordenador(es):

João Paulo Macedo e Castro (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

José Gabriel Silveira Corrêa (UFCG)

Sessão 1

Debatedor/a: Roberta Sampaio Guimarães (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Sessão 2

Debatedor/a: Katiane Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará)

A proposta deste GT é reunir estudos de diferentes matizes que tenham como campo de reflexão os feixes de relações de poder que ordenam, produzem, e reverberam práticas estatais. Visamos debater as relações entre setores da administração pública e aqueles que em distintos contextos de pesquisa podem ser classificados a partir de categorias como “usuários”, “empresários”, “pleiteantes”, “parceiros”, “especialistas” “atingidos”, “vítimas” etc. Serão especialmente de nosso interesse as análises que reflitam sobre a produção de mecanismos de assujeitamento e de modalidades de gestão e identificação de grupos e segmentos sociais através das práticas e discursos estatais. Para nortear o debate, sugerimos três eixos temáticos: 1. Projetos de desenvolvimento, projetos de cooperação e grandes empreendimentos; 2. Políticas de reconhecimento, memória e reparação; 3. Mercado, corporações, intermediários sociais e mediadores culturais.

Escaninhos da Política e Disputas na Produção de Legalidades na Mineração: agentes, estratégias e discursos na modificação do Código Mineral no Brasil

Autoria: Laís Jabace Maia (Cáritas)

As Medidas Provisórias 789, 790 e 791 foram apresentadas em julho de 2017 pelo Poder Executivo como desdobramentos do Projeto de Lei do Novo Código Mineral, que estava em formulação há alguns anos e havia sido apresentado para tramitação no legislativo em 2013. As MPs tratavam respectivamente da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) - espécie de royalty pago pelas mineradoras -, do escopo do Código Mineral até então vigente no Brasil e da criação da Agência Nacional de Mineração. Desmembrar a proposta do Código Mineral e tramitar em regime de urgência foi a estratégia encontrada de apressar as modificações que não obtinham maioria no Projeto de Lei em alinhamentos de perspectivas e interesses em torno dos três eixos. Organizaram-se na disputa pela opinião pública, apoio político e interferência no conteúdo das propostas diversos setores da sociedade civil. Destacaram-se, com atuações bem distintas e perspectivas inconciliáveis, o Movimento pela Soberania Popular da Mineração e o Instituto Brasileiro de Mineração/empresa Vale. Para pressionar a aprovação de aumento dos royalties e redistribuição entre os entes federativos, durante meses houve caravanas, reuniões e acordos de representantes do poder público, especialmente alguns governadores e prefeitos do Pará, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo. O presente work é um esforço de análise das negociações e conflitos acerca da discussão e deliberação no Congresso Nacional durante o segundo semestre de 2017 no que diz respeito à regulamentação, produção e taxação das atividades minerárias no Brasil. A proposta é entender as alianças e os exercícios de poder que se fizeram e os discursos acionados durante a disputa, percebendo assim os mecanismos presentes nos jogos de poder para definição das legalidades para as atividades minerárias. Foram realizadas entrevistas com deputados federais, presidentes de partidos e assessores que se



destacaram durante o processo de debate nas Casas Legislativas; analisadas as declarações feitas em plenária de políticos, especialistas, movimentos sociais e representantes da iniciativa privada; e artefatos documentais que circularam no período com o objetivo de delinear as forças, agentes e alinhamentos. Entende-se que elaborar esse campo é um modo de compreender os artifícios mobilizados e praticados dentro do aparato legal brasileiro.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: